

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*

MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — *Diretora*

MAURO GUIMARÃES — *Diretor*

MARCOS SA CORRÊA — *Editor*

FLÁVIO PINHEIRO — *Editor Executivo*

ROBERTO POMPEU DE TOLEDO — *Editor Executivo*

Can Brasil

Estado-Refém

Nada caracteriza melhor a vida econômica brasileira atual que o endividamento excessivo do Estado, e, pelo lado da sociedade, uma ânsia coletiva de padrões de vida que não correspondem às possibilidades reais da produção. Como não consegue conter o déficit público, o governo é obrigado a se refinarçar diariamente no mercado financeiro, frustrando os investimentos de longo prazo que poderiam gerar novos empregos e aumentar a oferta de bens e serviços.

Esse esgotamento do Estado se realimenta na capacidade dos grupos de pressão dentro da máquina burocrática para manter privilégios, ou, simplesmente, para garantir a indexação de sua folha salarial. E, do lado privado, tem como contrapartida a mobilização sindical, determinada a defender os ganhos a curto prazo, ainda quando vá ficando cada vez mais evidente a falta de sustentação de um modelo distributivista de renda, sem formação de poupança e investimento a longo prazo.

Perdeu-se, ou deixou-se de procurar, o significado do que seja massa salarial. Cada sindicato influente interessa-se pela defesa da URP, não importa se um número menor de pessoas estiver trabalhando. Cada empresa pública sente-se no direito de transformar ministérios, ou o próprio governo em refém, quando se propõem planos para reduzir, em parte, os gastos do Tesouro.

Confundiu-se o significado de defesa do monopólio estatal com a defesa do interesse dos cidadãos. Na realidade, monopólios dentro da máquina estatal impossibilitam quaisquer projetos que colidam com os interesses imediatos de seus altos executivos, ou a simples e rasa defesa da URP nos contracheques.

Esse cenário só pode ser rompido com um acordo nacional que envolva todos os setores da

sociedade. Uma inflação de 21% ao mês, medida pelo Índice Geral de Preços da Fundação Getúlio Vargas, significa uma alta de 249% desde janeiro. A menos que se reduzam os preços, a média da inflação — projetada até dezembro — significará uma alta aproximada de 700%.

No mês passado os alimentos encareceram 24,4% segundo a FGV, mostrando que os assalariados de níveis mais baixos são os mais atingidos, pois a economia informal se encarrega de empurrar para fora dos benefícios da URP contingentes cada vez maiores de pessoas. Não se pode defender como legítimo, ou como interessante, o nível de vida do biscoiteiro que não paga impostos, ou do jovem que presta serviços avulsos sem carteira assinada. Esses vastos contingentes de mão-de-obra estão sendo sacrificados por um sistema que termina sendo elitista.

O Brasil defronta-se com sérios problemas de distribuição de renda, que dificilmente serão resolvidos sem poupança e investimentos novos, com o conseqüente aumento da produtividade. O setor público, que emprega 4% da força-trabalho e fica com 20% da massa salarial, defende o seu lado.

Os sindicatos melhor organizados de São Paulo, também. E, da mesma forma, as empresas monopolistas — muitas delas dentro do próprio governo — que conseguem repassar através de tarifas ou preços os seus aumentos de custos para os consumidores, isto é, para todos nós brasileiros.

É preciso um nível maior de entendimento e acordo para evitar que esse cenário termine em inflação com estagnação da economia. O caminho do entendimento depende da capacidade de organização da sociedade brasileira. A falta de acordo será um retrato de sua própria ineficiência.